

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM TERRAS INDÍGENAS PARESÍ NO SUDOESTE DE MATO GROSSO – BRASIL

Odair Alves Nascimento – Universidade Federal de Mato Grosso.
odanascimento@hotmail.com

Onélia Carmem Rossetto – Universidade Federal de Mato Grosso.
oneliarossetto@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A economia dos índios Paresí¹ sofreu, desde o contato com os não-índios no século XVIII, vários impactos negativos e com a introdução das monoculturas na região a partir da década de 1970, esses impactos se intensificaram. Atualmente, há aldeias que passam por sérias dificuldades econômicas e as políticas indigenistas adotadas falharam ao tentar desenvolver alternativas.

Com o agravamento das dificuldades e relatos de subnutrição, parte dos índios passa a defender a agricultura mecanizada em suas terras, o que gera conflitos de opiniões dentro do grupo. Diante da dificuldade de obter financiamentos, porém, propõem que a atividade seja realizada em parceria com os não-índios, o que contradiz a lei e por isso moveu-se uma ação judicial contra tal prática.

Nesse contexto, o objetivo do artigo é analisar os fatores que levaram à modernização da agricultura nas terras Paresí e as dificuldades para sua efetivação. Ele justifica-se por desvelar o complexo problema das dificuldades econômicas através da análise da produção do espaço geográfico, o que servirá de subsídio a pesquisas de alternativas sustentáveis nas terras desse povo.

Devido à complexidade da pesquisa, seria inviável que apenas uma abordagem teórico-metodológica viesse a abranger a diversidade de conceitos, assim, optou-se pela abordagem qualitativa, que é “... uma forma adequada para atender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p. 79).

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas: a primeira foi a fase exploratória, onde os contatos informais e a pesquisa bibliográfica foram os principais mecanismos de coleta de dados; a segunda foi a entrevista na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo ela semi-estruturada, conforme Cruz Neto (1999), e feita com um representante da administração regional em Tangará da Serra (MT); já a terceira etapa foi o trabalho de campo, onde com base em Richardson (1999), usaram-se as técnicas de entrevistas – também semi-estruturadas – e discussão em grupo com índios em uma aldeia Paresí; a quarta última etapa foi a análise dos dados, onde apoiada em Gomes (1999), definiram-se categorias da análise, agrupando elementos, idéias ou expressões em torno de conceitos que abrangessem a totalidade como dependência econômica, fatores externos e aceleração contemporânea, além de fazer a comparação entre dados primários (entrevistas e discussão em grupo) e dados secundários (pesquisas bibliográficas).

Enfim, esta é uma oportunidade de valorização desse povo fascinante, sobretudo porque trata de sua subsistência física, sem a qual nenhuma sociedade e cultura sobrevivem.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DO GRUPO ÉTNICO PARESÍ

¹ Neste trabalho, quando se refere a este grupo étnico indígena, será usada a grafia Paresí, de acordo com Machado (1999).

Os Paresí se auto-denominam *Halíti* (gente/povo) e aos não-índios chamam *Imóti*, e, segundo o representante entrevistado na FUNAI (2005), esses índios de língua Aruak vivem em mais de 25 aldeias com população total de 1415 habitantes em setembro de 2004 (Associação Paresí Halitinã *apud* FUNAI, 2005).

Esse povo é considerado um grupo étnico, que, conforme Barth (2000) é caracterizado por: autoperpetua-se do ponto de vista biológico; compartilhar valores culturais; constituir um campo de comunicação e interação; ter membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida em outras da mesma ordem.

Assim, os Paresí são considerados uma categoria, sendo distinguida em outras as quais Machado (1999) descreve como subgrupos endogâmicos tradicionais — os Kozárini, Wáimare, Kaxíniti, Warére e Káwali – que são habitantes de territórios distintos e contíguos, independentes econômica e politicamente. No passado, cada subgrupo se distribuía por um território específico de acordo com as cabeceiras dos rios, seguindo as determinações dos Heróis presentes em seu mito de origem.

Os territórios Paresí, localizados no Sudoeste de Mato Grosso (Figura 1), ficam, conforme dados do Projeto Radambrasil (BRASIL, 1982), na Chapada dos Parecis e Planalto Dissecado dos Parecis, que definem o divisor de águas das bacias do rio Amazonas e do Paraguai, sendo cobertos basicamente com vegetação de cerrado e matas ciliares.

Esses territórios, denominados Terras Indígenas (TIs), são: Paresi, Formoso, Utiariti, Capitão Marcos (em estudo), Juininha, Estivadinho, Figueiras e Estação Paresi. Juntas essas TIs somam aproximadamente 10.850 km² quadrados (1.085.000 hectares), em meio a oito municípios, destacando-se Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Conquista D'Oeste e Sapezal.

FIGURA 1 – Localização das Terras Indígenas Paresí



A ECONOMIA PARESÍ: DA AUTO-SUFICIÊNCIA À DEPENDÊNCIA DO MERCADO

As transformações na economia Paresí devem ser vistas num contexto de contato entre índios e não-índios, nesse item, analisado até a introdução das monoculturas na região na década de 1970.

Segundo Santos (1985), nas comunidades primitivas, consideradas auto-suficientes, a abertura às influências externas levou-as a uma dissociação progressiva, tornando as condições econômicas cada vez mais independentes da auto-suficiência e cada vez mais dependentes do mercado.

Antes do contato, a economia tradicional Paresí era auto-suficiente, o que pode ser constatado pelo documento de 1723, escrito pelo bandeirante Antonio Pires de Campos, intitulado “Reino dos Parecis”, onde Campos (1996, p. 116-118) relata:

Naquelas dilatadas chapadas habitam o Parecis, **reino mui dilatado [...] É esta gente em tanta quantidade**, que se não podem numerar as suas povoações ou aldeias, [...] estes todos **vivem de suas lavouras, no que são incansáveis [...]**, e as lavouras em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas, muito ananases e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vinhos [...] **caçam muitos veados, emas e outras coisas [...]** este reino é tão grande e dilatado [...] e **muito fértil pela bondade das terras** (grifo nosso).

Depreende-se da leitura do documento que não há menção negativa em relação à economia dos Paresí, mesmo sendo eles milhares de habitantes; antes, demonstra-se a auto-suficiência da etnia.

As primeiras relações com a economia de mercado podem ser constatadas nos relatos do século XIX, quando comerciantes trocavam suas mercadorias por produtos das roças e redes dos Paresí (MACHADO, 1999). Costa Filho (1994) destaca que a partir desse século, entre as atividades econômicas desenvolvidas por essa etnia estão a exploração de minérios, a extração de seringa e da poaia², e a construção da linha telegráfica entre Mato Grosso e Amazonas.

Dessa forma, a substituição do trabalho na economia tradicional por outras atividades, somado à troca de produtos manufaturados, só fez aumentar a dependência econômica.

Segundo Santos (1985), a situação de dependência econômica é progressiva, e seu auge é a fase científico-técnico atual, o que demonstra Cabixi (1984, p. 31), índio Paresí: “... fomos assimilando novos valores materiais e conceitos que fugiram da real interpretação desta nova realidade”.

Contudo, os Paresí não deixaram totalmente suas atividades tradicionais, que já não são suficientes, principalmente devido à introdução progressiva de novas necessidades. Sobre isso, Costa Filho (1994, p. 10) mostra que os recursos da venda de “... bens e serviços são utilizados para provimento de produtos não produzidos pela comunidade indígena, como óleo, açúcar, sabão, fumo, roupa, etc”.

Assim, pode-se dizer que a transformação de uma localidade se deve ao entrechoque entre fatores externos e internos, sendo que a presença dos fatores externos em uma área depende de necessidades a ela externas que devem ser satisfeitas (SANTOS, 1985).

Nessa perspectiva, no caso Paresí, os fatores externos fazem com que a economia produza com fins de satisfazer as novas e crescentes necessidades que não podem ser satisfeitas internamente.

² A poaia (*Cephalis ipecacuanha*) é uma planta medicinal usada na fabricação de expectorantes, vomitivos e no tratamento de disenteria amebiana.

Contudo, as dificuldades econômicas não se devem apenas à dependência econômica, mas também aos impactos da ocupação das monoculturas na região em sua economia.

IMPACTOS DAS MONOCULTURAS NA ECONOMIA PARESÍ

Até a década de 1970 a maior transformação na economia Paresí foi a perda da auto-suficiência, mas, com a ocupação pelas monoculturas³ na região, devido a expansão da fronteira agrícola, os impactos passaram a ser mais rápidos e visíveis. Conforme a Operação Amazônia Nativa (OPAN), uma Organização Não Governamental (ONG) indigenista, esse processo trouxe sérios problemas, como perda de espaço, doenças, desestruturação social etc (OPAN, 1995). Segundo Costa Filho (1994), isso tem sido agravado pela deterioração ou impacto criado pelo sistema agrícola regional.

Para avaliar os impactos das monoculturas na economia Paresí, a área em que se insere foi considerada uma região produtiva baseada nas monoculturas. Região produtiva é uma unidade espacial de trabalho que tem como critério de identificação a economia e a especialização produtiva, e para defini-la exige-se o reconhecimento de suas relações internas e externas (SANTOS, 1985).

Nessa perspectiva, a ordem global funda a lógica externa e a ordem local funda a lógica interna e, assim, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global, e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2004, p. 339). Se analisarmos a razão global, a “região produtiva Paresí” é extremamente globalizada, pois, com base em Ianni (1999), entre as características desse processo estão a tecnificação, maquinização e quimificação.

A globalização gera a aceleração do conflito entre o novo (baseado na ciência e na técnica) e velho (preexistente), que estão em constante mudança, sendo o que Santos (1997) denomina aceleração contemporânea, resultado da banalização da invenção e de seu perecimento prematuro, em uma sucessão alucinante.

Assim, os impactos das monoculturas devem ser analisados a partir do entrelaçamento de fatores externos e internos e da aceleração contemporânea dentro da região produtiva. Antes, é fundamental observar três possíveis equívocos em relação às suas dificuldades, já que podem desviar a atenção das reais causas dos problemas econômicos dessa etnia:

O primeiro seria que as dificuldades econômicas se devem ao cerrado, já que, segundo o índio Paresí Daniel Cabixi, então administrador regional da FUNAI em Tangará da Serra (MT), em 2003, é visível “...a subnutrição na qual vivem os indígenas, isto não é somente com os índios Paresí, mas também os Irantxe e Nambikwara que habitam as mesmas características do ecossistema dos cerrados” (CABIXI, 2003-b, p.10). Deve-se tomar cuidado para não por a culpa no cerrado pela subnutrição e dificuldades econômicas dos índios que habitam esse ambiente, por dois motivos: primeiro porque, de acordo com Oliveira (1972), dentro de uma situação de contato com não-índios, existe um sistema regional de dominação, e mais que os fatores naturais, esses sistemas são os condicionantes da sobrevivência e desenvolvimento indígena, e, segundo porque, no caso Paresí, com base no relato de Campos (1996), citado anteriormente, antes do contato a etnia era auto-suficiente e integrada ao cerrado, não demonstrando dificuldades econômicas na época;

³ Monocultura é o tipo de agricultura que produz um só tipo de produto em vastas áreas, geralmente destinado à exportação.

O segundo equívoco seria dizer que as dificuldades se devem ao grande crescimento populacional Paresí, que é bem superior à média nacional, assim como o da população indígena do País. O cacique Paresí Acelino Alves Noizukae, afirma: “Nosso mundo mudou. Se o índio não desenvolver na sua terra não tem como sobreviver. A população está crescendo” (Noizukae, *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 43). Pensando assim, teríamos os fatores – já superados – que levaram à formulação da teoria malthusiana, que afirmava, no século XVIII, que o crescimento populacional não seria acompanhado pela produção de alimentos. Todavia, não é o que também relata Campos (1996) em 1723, que mostra uma população enorme e nenhuma referência negativa em relação à economia. Entretanto, o grande crescimento populacional torna rápido e constante o aumento das dificuldades econômicas; O terceiro e último equívoco que não se deve cometer é o de achar que todos os Paresí passam por sérias dificuldades econômicas, já que elas não estão presentes em todas as aldeias, pois, além das suas atividades tradicionais, os índios trabalham nas fazendas vizinhas. Também, de acordo com Costa Filho (1994), em outras aldeias a renda de aposentadorias e salários de índios funcionários da FUNAI beneficiam unidades familiares. É o que ocorre em outras ainda, onde os professores e agentes de saúde indígenas, também beneficiam os familiares. Existem aldeias, porém, que não tem essas “rendas complementares” e/ou o solo é composto basicamente por areias quartzosas (o que dificulta a agricultura) e/ou ainda são muito distantes das fazendas, aí sim as dificuldades econômicas são enormes.

Especificamente as monoculturas causaram à economia Paresí, a redução da caça e da pesca, já que os demais impactos também estão relacionados àqueles que ocorreram antes de sua introdução, como a erosão genética⁴, diminuição da área agricultável devido a redução do território e intensificação da introdução de novas necessidades – esta vinculada à aceleração contemporânea. A redução da caça e pesca deve-se a dois fatores:

O primeiro foi a invasão do território tradicional que era muito maior que as terras hoje demarcadas, fazendo com que a área de caça e pesca diminuísse. Campos (1996) em seu relato no século XVIII intitula o território Paresí como “Reino Parecis”, de tão grande sua extensão e número de habitantes.

A carta etnográfica da expedição Rondônia de 1934 (*apud* MACHADO, 1999), mostra tamanho do território na época, que é mais de três vezes maior que o atual;

O segundo fator que causa a diminuição da caça e da pesca é a ocupação desordenada das monoculturas do entorno das terras Paresí demarcadas, devido ao desmatamento e uso indiscriminado de fertilizantes e agrotóxicos. O índio Narciso Kazoizae relata que “... antes no passado, os Paresí tinham bastante caça [...] mas é o branco com a fazenda que acabou com a caça, com todos os bichos...” (Kazoizae, *apud* OPAN, 1995, p. 23). Segundo a OPAN (1995) as pressões da monocultura sobre a área também provocam a diminuição da pesca.

Tamanha é a ocupação observada em imagens de satélite, que não respeita a zona tampão ou de amortecimento, que conservaria o entorno de terras indígenas num raio de 10 (dez) km de largura.

Diante da situação, os Paresí devem desenvolver alternativas econômicas, porém, nessa busca colabora com as dificuldades econômicas, as falhas das políticas indigenistas em implementá-las.

⁴ Erosão genética é a redução da diversidade genética por destruição dos ecossistemas e pela substituição das variedades locais por variedades uniformes, que pode gerar uma crise mundial (e local) de alimentos.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS

Foram várias as alternativas econômicas propostas por políticas indigenistas nas terras Paresí, sendo que algumas ficaram apenas no papel, outras foram desenvolvidas, mas estão inviabilizadas.

As políticas públicas indigenistas ou política oficial surgem com as tentativas da coroa portuguesa de coibir a escravização indígena e culminam, na República, com a criação, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – hoje FUNAI – e a codificação da ideologia protecionista do Estatuto do Índio, lei criada em 1973, considerada paternalista. Porém, hoje essas políticas são também desenvolvidas por ONGs e missões religiosas.

SANTOS (1985, p. 80) afirma que em uma zona de expansão de fronteira agrícola, o

... conflito entre o velho e o novo soma-se a outros conflitos, isto é, entre as forças externas e internas, entre as forças do mercado e a ação oficial (que inclui as políticas públicas indigenistas) [...] O Estado é, às vezes, portador do novo, às vezes garante a permanência do velho. [...] As forças de mercado são, em última análise, governadas pelo novo e pelo externo, mas se realizam em grande parte através do velho e do interno.

Por isso as políticas indigenistas, particularmente as públicas, têm falhas, pois são feitas pelo Estado, que está dividido entre o velho e o novo, entre o interno e externo, entre o público e o privado. Além disso, também falham devido a não sustentabilidade dos projetos, em suas várias dimensões – principalmente a ambiental, social, econômica e cultural.

Conforme os Paresí presentes em Encontro de Intercâmbio Cultural (2004), realizado em uma de suas aldeias, muitos dos projetos apresentados nem chegam a ser colocados em prática, pois são feitos por não-índios, que não vivem na área e não conhecem o grupo, sendo muitos deles inviáveis para o ambiente ou não respeitam particularidades da cultura e da sociedade.

Por isso, segundo Silva (1995), as preocupações centrais de projetos econômicos como os da OPAN são, o respeito à cultura, o manejo ambiental, a socialização das informações e o favorecimento à gradativa autonomia dos índios em relação ao projeto, entretanto, é prematuro avaliar os resultados dos mesmos, já que estão sendo aplicados há pouco tempo e alguns estão em fase de estudos.

Assim, várias alternativas econômicas foram criadas, como a da cobrança de pedágio em estrada que corta as terras Paresí, cobrança pelo acesso de turistas às terras indígenas e outras iniciativas, contudo, elas não se têm mostrado eficazes para satisfazer o conjunto da população.

A Revista Produtor Rural (ÍNDIO, 2003, p. 41) informa que os Paresí “... aprenderam, ao longo dos últimos anos, que não há medida paternalista que dê jeito no estado de miséria e carência alimentar em que se encontram. As verbas da Funai escassearam e muitos projetos de ONGs foram pelo ralo, incapazes de satisfazer as demandas imediatas por melhor qualidade de vida”.

Entretanto, uma das possíveis causas dos insucessos das políticas indigenistas seria a ausência de grande parte da força de trabalho Paresí, como constata Oliveira (2003, p. 41): “os índios mais jovens

vão trabalhar nas fazendas ao redor da reserva, deixando para trás crianças e velhos...”. Isso deve também contribuir para a desmobilização dos índios em relação aos projetos.

Assim, enquanto falham as políticas indigenistas, as dificuldades econômicas persistem e os índios vão em busca de alternativas, com boa parte deles defendendo a mecanização da agricultura.

A AGRICULTURA MECANIZADA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA

Em razão das dificuldades econômicas surge o interesse dos Paresí pela mecanização agrícola, que deve ser visto como um processo de mudança técnica, já que a etnia passaria das técnicas tradicionais da chamada roça de toco às técnicas da agricultura moderna.

Conforme Santos (2004), esse processo em que objetos preexistentes se vêem envelhecidos pela aparição de outros novos e tecnicamente mais avançados se dá em razão da competitividade, sendo que historicamente as trocas entre grupos impunham a alguns as técnicas de outros, mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando elementos externos às histórias até então autônomas.

Assim, a mudança técnica entre os Paresí não é somente gerada pela presença externa das monoculturas (que são agentes), mas também pela globalização e a aceleração contemporânea.

É importante destacar que apenas uma parte dos índios quer desenvolver a agricultura mecanizada, e, conforme o índio Paresí Daniel Cabixi, então administrador regional da FUNAI em Tangará da Serra (MT), “... a situação criou um conflito interno entre os próprios índios [...] Há aqueles que querem produzir trabalhando tecnicamente e a outra ramificação que prefere que a reserva seja preservada em termos ambientais” (CABIXI, 2003-a, p. 3). Além disso, há preocupação em relação a impactos na cultura, como afirma o cacique Paresí Narciso: “Nós queremos preservar a natureza, nós queremos preservar nossa cultura, mas de barriga cheia” (Narciso, *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 41), bem como na estrutura social (ENCONTRO DE INTERCÂMBIO CULTURAL, 2004).

Esse conflito de opiniões é causado pela quebra do processo autônomo de mudança, através de conflitos entre o interno e externo, entre o novo e velho, que buscam o equilíbrio material e cultural.

Mas, é necessário analisar se há potencialidade agrícola das terras da etnia, e para isso é preciso observar a frase do índio Paresí Arnaldo Zoimazokae (*apud* ÍNDIOS, 2003-a, p. 3): “... temos uma área de aproximadamente 1,5 milhões de hectares e, no entanto, estamos morrendo de fome, o que fazer?”. Com base nela e nos dados do Projeto Radambrasil (BRASIL, 1982), pode-se fazer a seguinte constatação: dos aproximadamente 1.085.000 hectares de terras Paresí, mais ou menos 70 % são de latossolo vermelho escuro, no planalto dos Parecis, unidade de relevo plana onde as fazendas do entorno, com as mesmas condições, desenvolvem a mecanização em larga escala, o que demonstra sua potencialidade nessas terras. Além disso, a frase mostra o contraste entre a situação relatada pelo índio e o potencial produtivo da área, além de explicar em parte o interesse pela mecanização, já que o contato direto dos Paresí que trabalham com a agricultura mecanizada nas fazendas do entorno, também gera a identificação do índio com essa técnica.

Por isso, num espaço em transformação, o interno aparece como a internalização do externo, resultado da renovação do antigo a serviço das forças de mercado, que não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado (SANTOS, 1985). Nesse caso, internamente parte dos

Paresí quer desenvolver o potencial agrícola que possuem com técnicas modernas, sendo isso um princípio de internalização do externo, que se deve a certa omissão do Estado em relação às dificuldades econômicas, que de forma não declarada demonstra seu apoio às forças do mercado.

Segundo o representante da FUNAI (2005), desde 1973, a fundação coordenou vários projetos com uso de tecnologias modernas na agricultura, com o apoio de missões religiosas e ONGs, mas com o tempo eles foram abandonados. Segundo Silva (1995), esses projetos, realizados durante a ditadura militar eram voltados ao mercado e serviam como estratégia de incorporação dos grupos indígenas à sociedade regional e nacional, sendo implantados de forma alheia à cultura, onde os índios eram obrigados a participar e não tinham controle nem informações em relação aos resultados.

Com a dificuldade de implantação de novos projetos e o agravamento das dificuldades econômicas, conforme Costa Filho (1994), naquele ano os Paresí já cogitavam o arrendamento de suas terras.

A Parceria: Saída Viável para a Mecanização e as Dificuldades econômicas

Segundo o entrevistado da FUNAI (2005), em lugar de arrendamento, fez-se um acordo com produtores para o plantio da lavoura mecanizada, chamado parceria, em que o produtor entra com o maquinário, insumos e demais custos, e os índios, com a mão-de-obra (assalariada) e a terra, recebendo, ao final, uma porcentagem da produção. De acordo com ele, a lei não impede os índios de produzir em suas terras com agricultura mecanizada, mas, para isso, precisam dispor de recursos que dependem de financiamentos, já que a atividade tem altos custos. Mesmo assim, os agentes financiadores federais (Banco do Brasil e Banco da Amazônia) não dispõem de crédito específico aos índios, e a terra, único bem a qual têm acesso, não pode ser dada como garantia em financiamentos, pois são da União, sobre as quais os índios detêm o usufruto (FUNAI, 2005).

Devido a tentativas de parcerias, segundo o funcionário da FUNAI (2005), foi realizada uma audiência pública em 1998, com representantes do Ministério Público, índios, FUNAI, produtores e sociedade, onde ficou definido que a parceria é ilegal, por isso, a Procuradoria Federal em Mato Grosso moveu ação judicial contra os Paresí, pois, haveria indícios de que estariam arrendando parte de suas terras. De fato, o arrendamento, ou mesmo as parcerias, contrapõe a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, em seu artigo 18, que diz: “as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico [...] § 1º – Nessas áreas, é vetada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática [...] de atividade agropecuária...” (BRASIL, 2005).

De acordo com o jornal Diário da Serra (ÍNDIOS, 2003), a ação judicial contra as parcerias revoltou os Paresí, que fecharam a estrada Nova Fronteira, principal via de acesso ao município de Sapezal (MT), sendo que o protesto tinha como objetivo solucionar o impasse para a plantação de lavouras mecanizadas dentre outros assuntos.

Segundo o representante da FUNAI (2005), durante os protestos, os índios estiveram reunidos com autoridades Estaduais, Municipais, da FUNAI e o Procurador Federal, quando ficaram definidas políticas de financiamento para o plantio de lavouras e liberação da estrada Nova Fronteira, entretanto os compromissos não foram cumpridos. Segundo ele, na reunião também ficou definido que “apenas” os contratos de parceria feitos antes da ação judicial – que tinham prazos de oito anos

– seriam concluídos e, a partir disso, os índios teriam de desenvolver a mecanização da agricultura de maneira autônoma ou buscar diferentes alternativas econômicas.

Assim, ao permitir as parcerias em detrimento da lei, o poder público transferiu para a iniciativa privada uma responsabilidade que é dele, a de dar suporte a geração e distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção espaço Paresí a partir do contato com os não-índios é resultado de impactos e conflitos entre fatores internos e externos, que se inter-relacionam e são acentuados pela aceleração contemporânea. Internamente existe o contraste entre o potencial agrícola e as dificuldades econômicas, sendo que a tentativa de desenvolvê-lo com técnicas modernas gera conflitos de opiniões, e, diante do grande aumento populacional, o crescimento das dificuldades se torna rápido e constante. Já os fatores externos fizeram com que a economia auto-suficiente se tornasse dependente do mercado, sendo que os mais sérios impactos se deram ou foram intensificados com a introdução de monoculturas na região, as quais provocaram a redução da caça e da pesca, intensificaram a introdução de novas necessidades, agravam a erosão genética e contribuíram com a redução das condições agrícolas, ao mesmo tempo em que políticas indigenistas falham ao tentar desenvolver alternativas e a lei inviabiliza a mecanização agrícola nas terras da etnia.

Assim, depois de mais de 280 anos de contato, mesmo que os índios resolvessem retomar a economia auto-suficiente, deixando de lado todas as necessidades introduzidas (o que é improvável) e tendo hoje uma população muitíssimo menor que antes, ainda assim teriam dificuldades, já que a caça e pesca estão escassas. Além disso, a tradição agrícola não é a mesma, e, com a erosão genética e diminuição das condições agrícolas, a produção também poderia ser insuficiente.

Nesse contexto, as políticas indigenistas devem contribuir com a superação das dificuldades econômicas, mas, para isso é preciso sustentabilidade em suas várias dimensões, de forma a evitar falhas como as do passado, contudo, como até agora elas não se têm mostrado eficazes, parte dos Paresí defende a mecanização da agricultura. Mas, com as dificuldades de implementá-la de forma autônoma, optou-se pelas parcerias (uma espécie de arrendamento que inclui o trabalho assalariado do índio em sua própria terra), além disso, grande parte dos jovens vende sua força de trabalho em fazendas próximas, caracterizando-se um processo de proletarização da etnia.

Preocupa que com o fim dos contratos de parcerias já firmados e a quase inviabilização da mecanização de forma autônoma, se as aldeias que possivelmente tem nela a principal fonte de renda não criarem alternativas poderão sofrer sérias dificuldades.

Esse processo mostra que o interesse pela mecanização é determinado por um contexto em que a técnica utilizada na agricultura tradicional – somada ao modelo econômico interno –, não supre as novas necessidades introduzidas, havendo a possibilidade da introdução de uma nova técnica.

Três fatos curiosos tanto quanto contraditórios chamaram a atenção na pesquisa: 1º) na década de 1970, FUNAI, ONGs e missões religiosas incentivavam a mecanização da agricultura – despertando o interesse dos Paresí pela técnica –, e nas décadas seguintes, até hoje, aparentemente mudaram de idéia, e parecem querer que o grupo também mude; 2º) apesar de o grupo ter sofrido tantos impactos

advindos das monoculturas, se interessam por suas técnicas; 3º) segundo a FUNAI as parcerias estão sendo realizadas porque o Estado não tem capacidade de superar as dificuldades econômicas dos Paresí, o que assusta, pois, de fato há casos em que a ação do Estado, em sua magnitude, não é suficiente, contudo, ele deve defender a dignidade e a autonomia desse grupo, pois a omissão caracteriza-se apoio não deliberado ao mercado e ao interesse privado.

REFERÊNCIAS

- BARTH, F. **O guru, o iniciador e variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto Radambrasil**. Folha SD 21. Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acessado em 04 abr. 2005.
- CABIXI, D. **A Questão indígena**. Cuiabá: Centro de Documentação Terra Índio (Cdti), 1984.
- _____. **Índios Paresi prometem fechar Estrada “Nova Fronteira”**. Jornal Diário da Serra, Tangará da Serra, p. 3, 31 jul. 2003-a.
- _____. **Índios Paresí fazem reféns cinco funcionários da FUNAI de Tangará da Serra**. Jornal Diário da Serra, Tangará da Serra, p. 10, 04 set. 2003-b.
- CAMPOS, A. P.de. Documento: breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos (...). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (RIHGMT)**. Cuiabá: IHGMT, 1996.
- COSTA FILHO, A. Análise dos sistemas econômicos da sociedade Paresi. In: GERA. **Gerando debates: roças indígenas**. Cuiabá: EdUFMT – ICHS, Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ENCONTRO DE INTERCÂMBIO CULTURAL entre alunos da Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura (ITEC) e índios, realizado em aldeia Paresí em 2004. **Entrevistas e Discussão em Grupo**. FUNAI, **Entrevista** – de representante da Regional de Tangará da Serra (MT) em fevereiro de 2005.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- IANNI, O. **A Era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ÍNDIO quer apitar. **Revista Produtor Rural**. Cuiabá, out. 2003.
- ÍNDIOS Paresí fazem reféns cinco funcionários da FUNAI de Tangará da Serra. **Jornal Diário da Serra**. Tangará da Serra, 04 set. 2003.
- MACHADO, M. de F. R. Apresentação. In: _____. **Ponte de pedra: mito, história e arqueologia**. Cuiabá: Relatório de trabalho complementar ao “EIA-RIMA” U.H.E – [s.ed.], 1999.
- OLIVEIRA, R. C. de. **A Sociologia do Brasil indígena**. São Paulo: Edusp, 1972.
- OLIVEIRA, S. de. Índio quer plantar. **Revista Produtor Rural**. Cuiabá, fev. 2003.
- OPAN (coord.). **Relatório do subprojeto: diagnóstico de alternativas econômicas e de subsistência para uma comunidade Paresí**. Cuiabá: [s.ed.], 1995.
- RICHARDSON, R. J. e Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985 (Coleção Espaços).

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, J.A.F. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, A.L.da; GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC – MARI – UNESCO, 1995.